

Relatório de Autoavaliação – 2.º Período (2025-2026)

O presente Relatório de Autoavaliação refere-se ao 2.º período do ano letivo 2025/2026 e insere-se no ciclo de garantia e melhoria da qualidade EQAVET, nas fases de avaliação e revisão. O seu propósito central é analisar, de forma crítica e fundamentada, as dinâmicas pedagógicas, organizacionais e formativas desenvolvidas durante este período, identificando progressos face ao 1.º período, constrangimentos persistentes e propostas de melhoria concretas para o 3.º período e para o ano letivo seguinte.

A análise baseia-se nas evidências recolhidas ao longo do período, incluindo atas de conselho de turma, registos de avaliação modular, planos de recuperação, feedback das entidades de estágio, relatórios do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), registos de formação interna e informação sistematizada pelos diretores de turma e coordenadores de curso.

Importa clarificar, desde o início, que os indicadores estruturais do EQAVET nomeadamente a taxa de conclusão de curso, a empregabilidade pós-formação e o prosseguimento de estudos se encontram ainda em fase de consolidação de dados, sendo objeto de análise aprofundada no relatório final do ano letivo. Esta limitação é metodologicamente esperada num relatório intercalar e não prejudica a validade nem a relevância da avaliação aqui desenvolvida.

2. Metodologia de Autoavaliação

A autoavaliação do 2.º período recorreu a uma abordagem mista, combinando análise documental, recolha de indicadores quantitativos intermédios e avaliação qualitativa das práticas e dinâmicas institucionais. As fontes de evidência mobilizadas incluem:

- Atas de reuniões de conselho de turma e de conselho pedagógico;
- Registos de avaliação modular e mapas de módulos em atraso;
- Planos de recuperação em execução e respetivo estado de implementação;
- Relatórios do SPO, das professoras de apoio educativo e dos diretores de turma;
- Feedback formal e informal das entidades de estágio;
- Registos de formação interna e planos de atividades do PAA;
- Indicadores de assiduidade, absentismo e sinalização de situações de risco.

Reconhece-se que a autoavaliação beneficiaria de uma maior formalização dos instrumentos de recolha de dados designadamente a aplicação de inquéritos de satisfação desagregados por tipo de stakeholder.

3. Gestão Curricular e Pedagógica

3.1 Módulos em Atraso e Planos de Recuperação

A gestão dos módulos em atraso constitui uma das fragilidades mais significativas herdadas do 1.º período e que exigiu resposta prioritária ao longo do 2.º período. Esta situação tem origem em dois vetores principais, distintos na sua natureza, mas convergentes no seu efeito. A integração tardia de alguns alunos, cujos percursos formativos exigem a construção e execução de planos de recuperação específicos antes de qualquer avaliação formal; e situações de absentismo crónico, em alguns casos associadas a contextos de vulnerabilidade social e familiar sinalizados à CPCJ.

A resposta pedagógica assentou no reforço do acompanhamento individualizado, na reorganização dos planos de recuperação com calendarização mais rigorosa e na articulação sistemática entre diretores de turma, coordenadores de curso e professores responsáveis. Contudo, identificou-se uma dificuldade estrutural que importa nomear com clareza: a execução dos planos de recuperação em regime presencial exige disponibilidade simultânea de docentes e alunos em períodos não letivos, o que colide frequentemente com os constrangimentos de horário de ambas as partes.

Em termos de monitorização, a escola registou progressos concretos no 2.º período que importa documentar. Um dos diretores de turma implementou um sistema de partilha de informação modular em Google Drive, acessível aos docentes envolvidos, permitindo uma leitura mais atualizada do estado dos planos de recuperação e a proposta colaborativa de horários para as horas presenciais. Esta iniciativa, ainda que de âmbito circunscrito, constitui um modelo de boas práticas que merece ser alargado e sistematizado a nível institucional. Paralelamente, a escola passou a contar com dois professores de Português e de TIC, disponíveis todas as quartas-feiras à tarde, aproveitando o período de tarde livre dos alunos para apoio presencial. O Gabinete de Psicologia assegura igualmente acompanhamento aos alunos do CEF no horário das 17h20 às 18h. Estas medidas representam uma resposta estruturada e proativa que reduz o carácter reativo da monitorização anterior e que deve ser mantida e consolidada no 3.º período.

3.2 Estabilidade do Corpo Docente e Impacto Pedagógico

A situação reportada, no relatório anterior, relativa ao corpo docente, identificada no 1.º período foi ultrapassada na totalidade no 2.º período, tendo a escola chegado ao seu final com todos os docentes a trabalhar em pleno. Este resultado positivo reflete a capacidade de resposta da direção e das lideranças intermédias perante uma dificuldade estrutural do setor.

Contudo, a estabilização do corpo docente não eliminou por completo os desafios associados à integração de professores recém-chegados. Permanece uma dificuldade real que é garantir que os novos docentes compreendam, com a profundidade necessária, as especificidades deste modelo de ensino: a organização modular, os critérios e procedimentos de avaliação, os planos de recuperação, a articulação entre componentes de formação e as exigências burocráticas e documentais que lhe são inerentes.

A escola respondeu através do reforço do papel das lideranças intermédias e de um modelo de mentoria entre pares. Para o próximo ciclo, recomenda-se a formalização deste modelo com definição de procedimentos, periodicidade de acompanhamento e reconhecimento institucional do contributo dos docentes mentores.

É de salientar que a escola tem um documento de referência interno que orienta os professores novos nas especificidades do ensino profissional.

3.3 Formação Interna e Desenvolvimento Profissional

A formação interna promovida ao longo do ano letivo abrangeu duas dimensões complementares. Por um lado, as sessões de formação, centradas no trabalho colaborativo e nas metodologias de ensino por projeto, constituíram um investimento coerente com os princípios do EQAVET e com a aposta da escola numa pedagogia mais ativa. Por outro, e em resposta direta às dificuldades identificadas em alguns docentes, o Gabinete de Psicologia dinamizou uma formação de carácter eminentemente prático sobre metodologias didáticas, com feedback globalmente positivo por parte dos participantes. No final, as psicólogas lançaram o desafio aos professores de enviarem uma evidência concreta da aplicação das metodologias aprendidas em contexto de sala de aula, um exercício de responsabilização pedagógica com potencial formativo significativo.

4. Monitorização dos Indicadores EQAVET

A tabela seguinte sintetiza o estado de monitorização dos principais indicadores EQAVET no 2.º período, com referência aos valores do ano letivo anterior. O referencial EQAVET organiza os seus indicadores em torno de quatro fases do ciclo de qualidade planeamento, implementação, avaliação e revisão e estabelece um conjunto de indicadores de referência que as escolas devem monitorizar de forma sistemática. Para a EPC, os indicadores mais diretamente relevantes no contexto do 2.º período são os que incidem sobre os processos de ensino e aprendizagem, a inclusão, o envolvimento dos stakeholders e a ligação ao mercado de trabalho, uma vez que os indicadores de resultado final taxa de conclusão, empregabilidade e prosseguimento de estudos apenas podem ser apurados no final do ano letivo.

Indicador	2.º Período 2025/26
Total de módulos avaliados	15 337
Taxa global de módulos em atraso	4,06%
Taxa de execução do plano de atividades	141,5%

Os módulos em atraso incluem situações em que os alunos aguardam nova avaliação ou estão a cumprir planos de recuperação de horas de formação — processos estruturais do ensino profissional, em curso no final do período.

5. Inclusão, Apoio Personalizado e Intervenção Psicossocial

5.1 Alunos estrangeiros

Os alunos estrangeiros têm o português como língua materna, o que elimina a barreira linguística formal mas não afasta todas as dificuldades de integração. As principais dificuldades identificadas ao longo do 2.º período relacionam-se com o cumprimento dos horários de entrada, que têm implicações diretas na integração em contexto profissional.

A resposta da escola a estas necessidades tem sido multidimensional e concreta. Foi criado um grupo de WhatsApp com uma das psicólogas, que funciona como canal de comunicação informal e de suporte emocional permanente, os alunos podem contactar sempre que sintam necessidade, o que reduz o isolamento e favorece a vinculação à escola. Existe igualmente um documento próprio para o acolhimento de alunos estrangeiros, que sistematiza os procedimentos e garante uma resposta coerente e estruturada desde o momento de entrada. Estas iniciativas revelam uma abordagem genuinamente inclusiva, que vai muito além do apoio académico formal.

5.2 Alunos com NEE

5.2 Alunos com Necessidades Educativas Específicas

A inclusão de alunos com necessidades educativas específicas é, na Escola Profissional de Campanhã, uma prática consolidada e não uma intenção declarada. Esta distinção é fundamental: não basta afirmar o compromisso com a inclusão, é necessário demonstrá-lo através de estruturas, recursos, práticas pedagógicas e mecanismos de acompanhamento que o tornem operacional no dia a dia.

O enquadramento legal da educação inclusiva em Portugal, definido pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, estabelece como princípio central que a escola deve responder à diversidade de necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa. O eixo orientador deste diploma é a necessidade de cada escola reconhecer a mais-valia da diversidade dos seus alunos, encontrando formas de lidar com essa diferença e adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada um. A EPC não só cumpre este mandato como o excede, com uma abordagem que vai além das obrigações formais e que configura um modelo de referência no ensino profissional privado.

A escola dispõe de uma equipa de apoio robusta e multidisciplinar, composta por duas psicólogas, uma estagiária de Psicologia e duas professoras de apoio educativo, que trabalham em articulação permanente com os diretores de turma e os coordenadores de curso. Esta equipa constitui o núcleo operacional da resposta inclusiva da escola e assegura a continuidade do acompanhamento ao longo de todo o ano letivo, sem ruturas entre períodos. O facto de a escola manter esta estrutura de forma autónoma, sem depender exclusivamente de recursos externos, é um indicador inequívoco de prioridade institucional. Em Portugal, a escassez de técnicos especializados nas escolas, particularmente no setor privado é uma dificuldade estrutural amplamente reconhecida. A opção da EPC por investir nesta área representa, por isso, uma escolha de gestão com impacto direto na qualidade do percurso formativo dos alunos mais vulneráveis.

A inclusão na EPC não se limita ao acompanhamento técnico especializado: está inscrita na própria prática de sala de aula. As aulas são planificadas e lecionadas tendo em conta o ritmo de aprendizagem de cada aluno, com diferenciação pedagógica que permite que todos participem nas mesmas atividades, sem segregação por nível ou capacidade. Esta abordagem coerente com os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, que recomenda a criação de múltiplas formas de representação, envolvimento e expressão assegura que a inclusão não é apenas formal, mas substantiva: todos os alunos participam, todos aprendem, ao ritmo que é o seu.

Para apoiar os docentes neste processo, a escola disponibiliza um documento de orientação interno para professores, que sistematiza os procedimentos, as medidas de suporte disponíveis e as estratégias pedagógicas recomendadas para cada tipo de necessidade. Este instrumento é particularmente relevante no contexto do ensino profissional, onde a rotatividade docente é

estruturalmente elevada: garante que a qualidade da resposta inclusiva não depende da experiência prévia de cada professor, mas de uma cultura institucional codificada e transmissível.

Os alunos estrangeiros são também acompanhados pelo Gabinete de Psicologia no quadro de uma abordagem inclusiva alargada. As sessões desenvolvidas pela estagiária de Psicologia inserem-se numa lógica de desenvolvimento de competências de vida que é, ela própria, uma forma de inclusão: reconhece que estes alunos chegam à escola com necessidades que vão além do académico e que a escola tem a responsabilidade de responder a essa realidade de forma abrangente.

Um dos indicadores mais significativos da cultura inclusiva da EPC é o facto de todos os alunos participarem em todas as atividades, sem distinção ou exclusão baseada em condição, origem ou necessidade. As mais de três dezenas de iniciativas realizadas no 2.º período, visitas de estudo, projetos com parceiros, sessões de formação, atividades culturais e de cidadania, contaram com a participação integral da comunidade estudantil. Esta prática, aparentemente simples, tem um impacto formativo profundo: a participação partilhada em experiências comuns é um dos mecanismos mais eficazes de construção de pertença e de desenvolvimento de competências sociais e relacionais.

A eficácia das medidas inclusivas é avaliada através dos Relatórios Técnico-Pedagógicos (RTP) para alunos com medidas seletivas e adicionais, e do Projeto Curricular de Turma (PCT), que regista e monitoriza as medidas universais, seletivas e adicionais implementadas em cada turma. Estes documentos são atualizados nas reuniões intercalares e de avaliação e analisados nos conselhos de turma, assegurando que a monitorização das medidas é sistemática, documentada e partilhada por toda a equipa pedagógica. Este modelo de avaliação coletiva e periódica está alinhado com as melhores práticas de educação inclusiva e constitui evidência sólida de uma abordagem institucionalizada e não meramente informal.

5.3 Apoios Internos e Bem-Estar

A rede de apoios internos é formada por duas professoras de apoio educativo, duas psicólogas, uma estagiária de Psicologia. Constitui um dos pontos fortes mais consistentes da escola. A disponibilização de lanches gratuitos e o apoio social a alunos economicamente vulneráveis reforçam o papel da EPC enquanto agente de coesão social, em consonância com os princípios de equidade e inclusão.

6. Estágios, FCT e Relação com o Mercado de Trabalho

A Formação em Contexto de Trabalho (FCT) é o momento em que as fragilidades dos alunos se tornam mais visíveis. O 2.º período confirmou os desafios do 1.º, mas também evidenciou progressos na gestão das situações críticas.

As entidades parceiras reconhecem o valor da relação com a escola e as competências técnicas dos alunos, mas continuam a assinalar dificuldades ao nível das competências transversais — pontualidade, assiduidade e proatividade. Esta realidade reflete, em parte, contextos de vida complexos e, em parte, uma preparação comportamental pré-estágio ainda insuficiente. A implementação de sessões estruturadas de preparação para o estágio, com trabalho explícito sobre expectativas e normas profissionais, deve ser formalizada como etapa obrigatória do percurso formativo.

A parceria com os STCP Serviços merece destaque: os alunos desenvolveram, em contexto real de trabalho, uma plataforma digital com base em informação recolhida na empresa. Este projeto, de elevado potencial pedagógico e comunicacional, deve ser rigorosamente documentado para poder ser utilizado como evidência de boas práticas.

7. Parcerias, Projetos e Cidadania

As parcerias da Escola Profissional de Campanhã constituem uma das suas marcas mais distintivas e um dos pilares mais sólidos do seu projeto educativo. A escola mantém uma rede alargada de parcerias, algumas com vários anos de história, outras mais recentes que se encontram em plena atividade, com iniciativas e colaborações que ocorrem com uma regularidade próxima do quotidiano escolar. Esta presença constante de parceiros externos na vida da escola não é ocasional: é o resultado de uma aposta intencional e continuada na abertura ao território, às instituições e ao mundo do trabalho. A densidade e a regularidade destas colaborações constituem evidência clara de uma escola enraizada no seu território e comprometida com uma formação que vai muito além da sala de aula. Como área de melhoria possível, a escola poderá investir numa documentação mais sistemática destas parcerias e do seu impacto, tornando essa riqueza ainda mais visível para efeitos de avaliação externa e de comunicação institucional.

A Cidadania e Desenvolvimento constitui uma componente curricular obrigatória e transversal, desenvolvida anualmente por cada turma em torno de temas ligados aos direitos humanos e à participação cívica. Na EPC, cada turma constrói o seu projeto com o envolvimento de diferentes professores e através de atividades diversificadas, que são avaliadas de forma qualitativa, em coerência com a natureza reflexiva e processual desta componente. Esta abordagem valoriza o percurso e o impacto formativo sobre os alunos, mais do que a quantificação de resultados, o que é pedagogicamente adequado mas exige, da parte dos docentes, uma compreensão clara

dos objetivos e da metodologia própria desta componente — algo que continua a requerer acompanhamento junto dos professores recém-chegados.

Paralelamente à componente de Cidadania, a escola desenvolve um conjunto de projetos em parceria com entidades externas que enriquecem o percurso formativo dos alunos com experiências de participação comunitária, criação artística, intervenção social e contacto com realidades profissionais diversificadas. Estes projetos não se confundem com a componente de Cidadania e Desenvolvimento, mas articulam-se com ela de forma coerente, reforçando os valores de responsabilidade, solidariedade e participação que a escola assume como centrais no seu projeto educativo.

A amplitude e a diversidade das atividades desenvolvidas no 2.º período constituem evidência inequívoca da vitalidade da escola e da riqueza do seu ecossistema formativo. Entre as iniciativas realizadas, destacam-se: "Sim à Diferença" e "Joga pelo Seguro" com a Escola Segura; visita ao Museu Militar do Porto; visita ao InterContinental Porto, Palácio das Cardosas; palestra sobre acesso ao SNS e cuidados de saúde; visita ao Regimento de Sapadores Bombeiros do Porto; formação em literacia financeira para alunos estrangeiros; Sorriso Feliz; Emotion.Arte; visita ao Museu de Fotografia; Projeto VIBE; sessão sobre violência no namoro; visita ao Hotel Timbre, Heroísmo; visita ao Museu da Farmácia Vitália; Cinema Batalha; visita ao Politécnico do Porto; Oficina da Empatia; Fundação António Cupertino de Miranda; Escola Nacional de Saúde Pública; UCC Campanhã, métodos contraceptivos; Projeto Sénior, Oficina do Tempo; Projeto Eco-Escolas; visita à Baixa do Porto; Festival Indie Júnior; sessão sobre dependência dos jogos online; Loja Interativa de Turismo; visita ao Posto de Turismo; visita ao Museu da Panike; caminhada na Ribeira do Porto; e PhotoVoice. A amplitude desta listagem não é meramente quantitativa: cada uma destas iniciativas responde a um objetivo pedagógico concreto, articula-se com os perfis de saída dos cursos e com os valores do projeto educativo, e resulta de relações de parceria sustentadas que a escola foi construindo e consolidando ao longo do tempo. Importa igualmente assinalar que os alunos do curso de Comunicação desenvolveram atividades abertas à comunidade no âmbito das suas Provas de Aptidão Profissional (PAP), afirmando a escola como um espaço de produção cultural e de ligação ao território.

A participação dos encarregados de educação em atividades e projetos permanece um domínio a desenvolver. O contacto privilegiado ocorre por via telefónica e através dos diretores de turma, sendo a participação presencial menos frequente. A diversificação dos formatos de envolvimento em reuniões temáticas breves, comunicação digital regular, convites para atividades específicas, é uma área de que continua a não dar resultados.

8. Visibilidade Institucional e Comunicação

A visibilidade institucional da Escola Profissional de Campanhã é uma área em que a escola tem vindo a investir de forma crescente e consistente. A escola dispõe de um plano de comunicação e mantém uma presença ativa nas redes sociais, com publicações regulares que ocorrem com uma frequência próxima do diário. Esta regularidade é, por si só, uma evidência de comprometimento comunicacional que importa reconhecer e documentar para efeitos de avaliação externa.

Um dos ativos mais relevantes nesta área são os próprios alunos. Os estudantes dos cursos de Multimédia e de Comunicação demonstram competências sólidas na produção de conteúdos digitais, tendo já dado contributos concretos para a comunicação da escola. Esta articulação entre a formação e a comunicação institucional é um modelo de duplo valor: enriquece o portefólio prático dos alunos e reforça a qualidade e a criatividade dos conteúdos publicados. O desafio reside em formalizar e sistematizar esta colaboração, tornando-a uma prática regular e estruturada, e não apenas pontual.

A principal fragilidade identificada neste domínio é a participação ainda limitada do corpo docente na produção de conteúdos para comunicação externa. A diversidade e a riqueza das atividades desenvolvidas diariamente na escola, muitas delas com elevado potencial comunicacional, nem sempre chegam às redes sociais por falta de registo no momento. Recomenda-se a definição de um protocolo interno simples que facilite a captação e partilha de conteúdos por parte dos docentes, sem que isso represente um encargo adicional significativo. A plataforma digital interna, desenvolvida por um docente da escola, poderá ser um instrumento útil neste processo de centralização e arquivo de evidências.

9. Síntese Crítica: Pontos Fortes, Fragilidades e Oportunidades

9.1 Pontos Fortes

- Forte compromisso com a inclusão educativa e o acompanhamento individualizado, sustentado por uma rede interna de apoios sólida e diversificada;
- Capacidade de resposta organizacional eficaz face a constrangimentos
- Parcerias estratégicas com entidades relevantes do território, com impacto positivo nas aprendizagens e no desenvolvimento pessoal dos alunos;
- Qualidade e diversidade das iniciativas de Cidadania e Desenvolvimento;
- Investimento consistente na formação interna do corpo docente, com recurso a especialistas externos de referência;
- Cultura organizacional assente na colaboração entre pares, particularmente entre os docentes com maior antiguidade;
- Modelo de tutoria entre pares e mentoria de docentes novos, ainda informal mas com resultados positivos observáveis.

9.2 Fragilidades e Desafios

- Acumulação de módulos em atraso, com origem em fatores estruturais que exigem respostas sistémicas;
- Preparação pré-estágio insuficiente ao nível das competências comportamentais e transversais;
- Participação presencial reduzida dos encarregados de educação, sem metas nem plano de envolvimento definido;

9.3 Oportunidades de Desenvolvimento

- Formalização da equipa de autoavaliação, com representação diversificada e cronograma de trabalho definido;
- Aproveitamento da parceria de algumas parcerias como modelo replicável de aprendizagem autêntica;

10. Plano de Melhoria para o 3.º Período e Início de 2026/2027

Com base na análise crítica desenvolvida, apresenta-se o plano de melhoria estruturado por área de intervenção, com identificação da fragilidade, da ação proposta, do responsável e do prazo.

Área	Fragilidade identificada	Ação de melhoria	Responsável	Prazo
Módulos em atraso	Acumulação no 1.º período.	Reforço dos planos de recuperação; monitorização semanal por DT; sistema de alerta precoce	Dir. Curso / DT	Contínuo
Alunos estrangeiros	Dificuldades linguísticas e integração em estágio	Plano estruturado de integração; reforço do apoio em português; sensibilização das entidades	SPO / Prof. Apoio	Contínuo
Estágios — competências transversais	Atrasos, absentismo e baixa proatividade identificados	Sessões de preparação comportamental pré-estágio; protocolo escola-empresa	Dir. Curso / SPO	Contínuo
Envolvimento EE	Participação presencial reduzida	Metas de participação; formatos diversificados; comunicação digital regular	DT / Direção	Contínuo
Monitorização EQAVET		lançar inquéritos desagregados por stakeholder	Direção	julho

11. Conclusão

O 2.º período do ano letivo 2025/2026 revelou uma escola que, longe de se limitar a cumprir obrigações formais, opera com uma intencionalidade pedagógica e social que merece ser reconhecida com clareza. A Escola Profissional de Campanhã é uma instituição que acolhe quem outros sistemas dificilmente acolheriam alunos com percursos complexos, origens diversas, fragilidades sociais e económicas marcadas e faz isso não por imposição, mas por convicção. Essa escolha tem um custo organizacional real, e o facto de a escola o assumir com consistência é, em si mesmo, um indicador de qualidade que nenhuma tabela consegue capturar por completo.

O balanço deste período é positivo, mas não é confortável e não deve sê-lo. A escola cresceu na sua capacidade de resposta: estabilizou o corpo docente, reforçou os apoios aos alunos mais vulneráveis, multiplicou as parcerias e as atividades, investiu na formação interna e manteve uma presença comunicacional ativa e regular. São conquistas reais, construídas com recursos limitados e num contexto de elevada exigência.

Mas a autoavaliação honesta exige também nomear o que ainda não está consolidado. A transferência das aprendizagens da formação docente para a prática de sala de aula é insuficiente. A integração plena dos docentes recém-chegados na cultura pedagógica do ensino profissional continua a ser um processo lento. A monitorização dos indicadores de qualidade, embora existente, beneficiaria de uma análise mais agregada e transversal que permita identificar padrões e não apenas gerir situações individuais.

Estas fragilidades não diminuem o valor do que a escola faz. Antes o contextualizam: são os pontos de tensão naturais de uma instituição que opera com ambição, que não se resigna ao mínimo e que se confronta honestamente com os seus limites. É essa capacidade de autocritica sem autocomplacência nem derrotismo que distingue uma cultura de qualidade genuína de um exercício de legitimação formal.

O caminho para o 3.º período e para o próximo ano letivo está identificado. Não é um caminho novo, é o aprofundamento do que já está em construção. A escola tem as pessoas, os projetos e o compromisso necessários para o percorrer. O presente relatório é o registo honesto de onde se está e a afirmação clara de onde se quer chegar.

Porto 17 de Abril de 2026
